



Presidenta do TST diz que empresas podem demitir quem recusar a vacina

Maria Cristina Peduzzi disse que não tomar vacina pode comprometer o bem coletivo e quem se recusar pode ser demitido, inclusive por justa causa



ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL

A presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Maria Cristina Peduzzi, afirmou no UOL Entrevista que trabalhadores e trabalhadoras que se recusarem a tomar a vacina contra a Covid-19 podem ser demitidos, inclusive com justa causa.

A ministra argumentou que não se imunizar mesmo tendo a vacina pode comprometer o

bem-estar coletivo, que é mais importante do que o direito individual de escolher tomar ou não a vacina.

Assista a entrevista da ministra aos jornalistas Fabíola Cidral, Carla Araújo e o Filipe Andretta.

“O direito da coletividade se sobrepõe ao direito individual e se um empregado se recusa à vacinação, ele vai comprometer o meio ambiente de trabalho que necessariamente deve ser promovido, por meio do empregador, da forma mais saudável possível, por isso que há uma justificativa que tem embasado decisões nesse sentido”, disse a presidente do TST.

A ministra fez uma ressalva. A empresa não pode demitir o trabalhador que não se vacinou por algum problema de saúde. Nesses casos, a empresa deve demitir e deve permitir o trabalho remoto, disse.

FONTE: CUT - Redação CUT

ALAGOAS

SINDVIGILANTES/AL COBRA PROVIDÊNCIAS DA EMPRESA REFERENCIAL SOBRE IRREGULARIDADES NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS



O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas encaminhou uma denúncia ao Ministério Público do Trabalho contra a empresa Referencial Segurança Privada referente ao não cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, no que se refere ao Salário Base, risco de Periculosidade, Produtividade, DSR (Descanso Semanal Remunerado), sobre as horas extras do Intervalo Intra jornada, não

pagamento do Intervalo Intra jornada para as refeições e Tiquetes Alimentação.

De acordo com o presidente do Sindicato, José Cícero Ferreira, a empresa terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento do documento, para solucionar os problemas relatados. “Caso o prazo não seja obedecido, as denúncias serão encaminhadas aos órgãos competentes de fiscalização.

O Sindicato também visitará os postos de serviço para ver se a situação foi regularizada”, disse o presidente. SINDVIGILANTES/AL COBRA PROVIDÊNCIAS DA EMPRESA REFERENCIAL SOBRE IRREGULARIDADES NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS SET/2021 18

“LUTE E LUTE, A SOLIDARIEDADE NÃO TEM FRONTEIRA, COMBATER AS INJUSTIÇAS É UM DEVER DE TODOS NÓS TRABALHADORES”

FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Alagoas

BAHIA

ATENÇÃO VIGILANTES QUE ATUARAM EM ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO PELA:

**SENA
AQUILA
PONTESEG
HKS
PRECAVER**

**SAIU EDITAL 2021 COM PROCESSOS COM PRECATÓRIOS. VEJA SE O SEU ESTÁ NA LISTA PUBLICADA PELA JUSTIÇA DO TRABALHO. LÁ FALA DE LUGAR NA FILA, SOBRE ACORDO, PRAZOS, ETC
FALE COM O SINDICATO A PARTIR DO DIA 20**



A Justiça do Trabalho divulgou recentemente na imprensa informações sobre o Edital nº 10/2021, falando da possibilidade de acordo nos processos com PRECATÓRIO contra o Estado da Bahia. Que estes acordos podem ser firmados até o valor disponível de quase 30 milhões para 2021 e até 31 de dezembro de 2021.

Processos do Sindicato representando Vigilantes que atuaram em órgãos do Estado pelas empresas Sena, Aquila, Ponteseg, HKS e Precaver estão incluídos neste Edital.

No Edital a justiça divulga a ordem cronológica (FILA) dos Precatórios, abre prazo (até 31/12/2021) para acordos com deságio (redução) de 40%, além de outras orientações. O Sindicato identificou uma quantidade de processos (cada processo tem até 10 Vigilantes) titulados pela entidade contra estas empresas onde o Estado da Bahia ou seus órgãos foram condenados como corresponsável. Neste caso, com os Precatórios expedidos até dezembro de 2020.

O Sindicato está organizando a documentação e colocando a disposição dos colegas inseridos nestes processos para informação sobre o que é precatório, a ordem e a opção de acordo.

Estes colegas devem confirmar abaixo o número do processo em que se encontram e procurar o Sindicato a partir da próxima segunda-feira, dia 20, sempre das 08 às 12h, levando o original e cópia do RG.

MAS REPETIMOS:

• Somente colegas inseridos nos processos que constam no edital do TRT (relacionados abaixo);

Confira abaixo os números dos processos relacionados no Edital da justiça do trabalho e confirme se é o seu. Se estiver inserido em algum destes processos e quiser mais informações, compareça ao Sindicato.

OS PROCESSOS DO EDITAL:

SENA

158.46.2011.21ª - 1177.66.2010.7a
9009.57.2018.12ª

AQUILA

688.71.2015.1ª - 1292.21.2015.27ª

PONTESEG

118.07.2015.19ª - 209.83.2012.01ª
978.71.2011.19ª

HKS

1185.07.2015.27ª - 1421.33.2012.4ª

PRECAVER

385.16.2013.5ª

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

PAGAMENTO DE PROCESSOS – RONDA

AVISO PRÉVIO:

SINDICATO CONQUISTA DIREITOS E DINHEIRO PARA O BOLSO DE 9 COLEGAS EX-RONDA VIGILANCIA

Nem tudo está perdido e o Sindicato, com seus Advogados tem agido com muita competência e firmeza na luta em defesa dos direitos de todos os colegas.

Nesta terça-feira (14) ficou pronto os cheques relativo aos créditos liberados pela justiça para 9 Vigilantes que atuaram na Ronda e não receberam corretamente, na rescisão, os valores de Aviso Prévio.

É conquista e dinheiro extra para este grupo que tem colegas de Salvador, Feira de Santana e Paulo Afonso.

Assim fazemos a luta, combatendo os patrões que não cumprem a lei e beneficiando o trabalhador.

Os colegas relacionados neste processo já podem procurar ou entrar em contato com o Sindicato. Na sede, sempre das 08h às 12h. Tenha

em mãos o RG, CPF, nº do PIS, comprovante de residência e CTPS (pagina da foto, verso e pagina do contrato com a Ronda Vigilância).

É luta.

É Conquista para quem tem fé na luta.

É Sindicato de luta, sem pelego, sem patrão!

Parabéns.

Confira a seguir:

PROCESSO 445.2016.17ª -
SINDVIGILANTES/BA X RONDA/AVISO

- ARIVAL CARDOSO DOS SANTOS
- CLAUDIO BEZERRA BARBOSA
- FAUSTO SOARES GONZAGA
- FERNANDO PEREIRA DA FONSECA
- JAIMILTON REIS DOS SANTOS
- JORGE ANTONIO VITORIA
- SIDNEI DOS SANTOS COSME
- VALTER SOUZA CAMPOS
- VIVIANE PIMENTEL LIMA

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

Vigilante tem Covid, consegue se recuperar e ainda espera o auxílio-doença do INSS, no Ceará

O trabalhador teve Covid em junho, já voltou ao trabalho e ainda não recebeu do INSS o benefício por incapacidade temporária.



O vigilante Edison Oliveira contou com a ajuda financeira da família e amigos quando esteve afastado para tratar Covid-19. — Foto: Arquivo pessoal

O vigilante Edison Oliveira contou com a ajuda financeira da família e amigos quando esteve afastado para tratar Covid-19. — Foto: Arquivo pessoal

O vigilante Edison Oliveira, morador de Juazeiro do Norte, no Ceará, contraiu Covid-19 em junho deste ano, precisou se afastar do trabalho e mesmo já tendo voltado ao emprego ainda não recebeu o auxílio por incapacidade temporária, conhecido como auxílio-doença. Já são quase três meses de espera.

• **Brasil ultrapassa 21 milhões de casos registrados de Covid; média móvel de mortes completa 3 semanas em queda**

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) informou, por meio de nota, que o benefício do vigilante será creditado na próxima folha de pagamento.

No começo da doença, ele acreditava que teria apenas sintomas leves, mas rapidamente o quadro evoluiu e comprometeu 50% dos

pulmões. O vigilante ficou internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) por 12 dias.

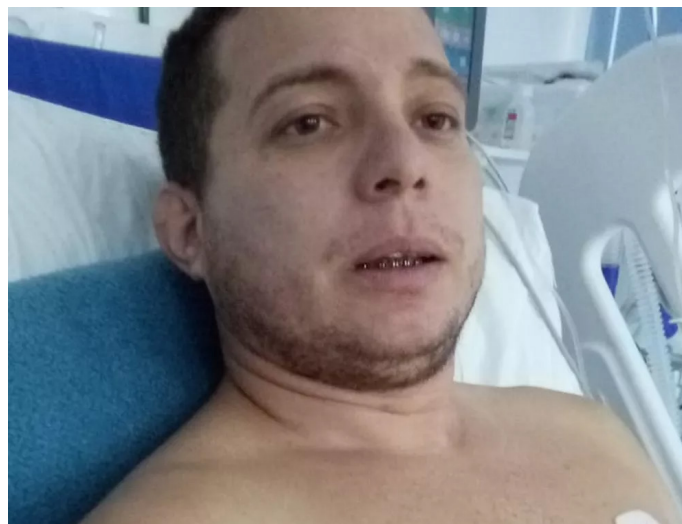
Foram três meses sem receber salário e sem a liberação de uma parcela sequer do benefício, fazendo com que ele ficasse dependendo da ajuda de amigos e familiares.

“Só queria que eles vissem o meu caso, me pagassem, pois o meu momento é muito delicado. Ninguém vive sem poder pagar as contas. Tinha medo dessa doença, seguia os protocolos. Passei por momentos difíceis. Graças a Deus minha família esteve comigo no momento em que mais precisei”, disse.

Nos últimos seis meses, mais de 85 mil cearenses entraram com o pedido de auxílio por incapacidade temporária porque tiveram que se afastar do emprego.

O cidadão pode requerer o auxílio pelo 135 de 7h da manhã às 22h. É possível também fazer a solicitação pelo aplicativo ou pelo site do Meu INSS.

FONTE: G1 CE



Vigilante de Juazeiro do Norte na época em que estava internado com Covid — Foto: Arquivo pessoal

Mais de 7 milhões de aposentados e pensionistas do INSS precisam fazer prova de vida

Quem não atualizar dados pode ter benefício suspenso ou cancelado

MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL



Mais de 7,3 milhões de segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) precisam fazer a prova de vida até dezembro deste ano para não ter o benefício suspenso ou cancelado.

Têm de atualizar os dados cadastrais aposentados, pensionistas e pessoas que recebem benefícios por incapacidade e assistenciais há mais de um ano.

O presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL) vetou a suspensão da prova de vida até dezembro de 2021, que foi aprovada pelo Congresso Nacional para proteger os idosos da Covid-19. Por isso,

muitos beneficiários não sabem que precisam atualizar seus dados ainda em 2021.

O prazo varia conforme o mês em que o recadastramento deveria ter sido feito em 2020. Quem faria a prova de vida em setembro ou outubro de 2020 e ainda não fez a atualização deve realizar o procedimento até o dia 30 de setembro deste ano.

Em outubro, será a vez de quem teria que fazer a comprovação em novembro e dezembro de 2020. O segurado não é obrigado a esperar até o mês em que o prazo dele acaba. Confira abaixo o calendário completo.

Saiba o que acontece se a prova de vida não for feita

1 – primeiro o INSS bloqueia, depois suspende o pagamento.

. Durante o mês de setembro, quem teve o benefício bloqueado em junho terá o pagamento suspenso.

2 – Se, apesar do bloqueio e suspensão, o beneficiário não provar que está vivo, o benefício será cancelado.

Como voltar a receber

Segurados que já tiverem seus benefícios bloqueados e suspensos podem reativá-los diretamente no banco onde recebe o pagamento mensal.

Benefícios cancelados também podem ser reativados. Nesse caso, o segurado terá que ligar para a central 135 e agendar o serviço de reativação de benefício. Esse procedimento também pode ser feito pelo aplicativo Meu INSS. Após acessar o Meu INSS com o número do CPF e a senha cadastrada, busque por Reativar Benefício, na lupa.

O recadastramento é feito no banco onde o aposentado ou pensionista recebe seu benefício (no guichê de atendimento, pelo caixa eletrônico e até pelo internet banking, em alguns casos).

Maiores de 80

Maiores de 80 anos e pessoas a partir de 60 anos que tenham dificuldade de locomoção podem fazer a prova de vida em domicílio. O

beneficiário ou um familiar pode agendar, pelo 135 ou pelo Meu INSS, uma visita de um funcionário do órgão. Os segurados com biometria cadastrada no TSE (via título de eleitor) e no Detran podem fazer a prova de vida digital, por meio do Meu INSS.

Vencimento

O mês original de renovação da prova de vida é estabelecido pelo banco que paga o benefício. O critério varia de acordo com cada instituição:

Caixa – O vencimento se dá em até um ano da última prova de vida realizada

Banco do Brasil – A prova de vida é feita no mês de aniversário do beneficiário

Bradesco – O vencimento da prova de vida é o mês em que o cliente recebeu o primeiro pagamento

Itaú Unibanco – O vencimento ocorre quando completado um ano após a realização do último procedimento

Santander – O vencimento da prova de vida ocorre anualmente com base na data da concessão da aposentadoria

Segundo o INSS, desde o ano passado, mesmo no período em que a prova de vida deixou de ser obrigatória, por conta da pandemia de covid-19, mais de 28.7 milhões de beneficiários fizeram o procedimento.

Foto: Marcelo Casal / Agência Brasil

Fonte: CUT Brasil com informações da Agência Brasil

Para Dieese, crise mostra que Paulo Guedes não tem projeto econômico, só “reformas”

“A economia está parada. Não há projeto desse governo, que defende só reformas que destroem direitos e criam instabilidade”, aponta diretor técnico do Dieese



Na última sexta (10), Paulo Guedes afirmou para investidores estrangeiros que a crise institucional e que ‘economia está no caminho certo’

Diante da inflação em alta e da falta de perspectiva de melhora, a crise econômica do Brasil prova que não há projeto do ministro Paulo Guedes, pelo contrário: seu objetivo é só apresentar “reformas” e destruir mais direitos. A avaliação é do diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Junior, em entrevista ao Jornal Brasil Atual nesta segunda-feira (13).

Na última sexta (10), Paulo Guedes afirmou a investidores estrangeiros que a crise institucional, alimentada pelo presidente Jair Bolsonaro, pode prejudicar a economia do país e acrescentou que a economia estava na “direção correta”. A leitura do ministro da Economia é equivocada, segundo Fausto.

“A economia está longe de um caminho correto, com uma inflação próxima dos 10% e com o desemprego acima dos 14 milhões. Estamos longe do rumo certo, tanto é que as

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

expectativas de crescimento econômico no ano que vem estão abaixo dos 2%”, afirmou o diretor do Dieese.

Na última semana, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (PCA) quebrou um recorde de 21 anos para meses de agosto e chegou a 9,86% no acumulado de 12 meses. Para o especialista, não há projeto econômico do governo federal.

“A economia está parada. Não há projeto desse governo, que defende só reformas que destroem direitos e criam instabilidade. As pessoas estão com a vida piorada, vendo o gás, a gasolina e o mercado cada vez mais caros. A única coisa que esse governo está implementando é a instabilidade contra democracia”, criticou Fausto.

Fausto lembra ainda que a estabilidade institucional nunca foi prioridade para Paulo Guedes e acrescenta que a crise econômica do Brasil criou a “nova carestia”. “Guedes esteve próximo à ditadura do Pinochet, no Chile. Portanto, a democracia para ele é um mero detalhe. Além disso, estamos vendo um governo perdido, sem saber para onde caminhar. Antes, a proposta do governo era extinguir o Bolsa Família, tanto é que houve um esvaziamento do programa, agora busca o Auxílio Brasil por populismo. A renda está caindo, não há composição salarial, nem emprego.”

FONTE: RBA

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF